A SECA EM FORTALEZA NA PERSPECTIVA DO IMAGINÁRIO

DROUGHT IN FORTALEZA FROM THE IMAGINARY PERSPECTIVE

Maria Eniana Araújo Gomes Pacheco*
Regianne Leila Rolim Medeiros**

Resumo: Explana-se nesse texto a contribuição da literatura nordestina e brasileira na construção do imaginário sobre a região nordeste nos séculos XIX e XX. Verifica-se no percurso histórico do Ceará como o Estado foi ajudando a construir esse imaginário social nordestino. Destacamos as contribuições de Durkheim, Moscovici, Bourdieu, Castoriadis e Laplantine para a temática da seca no imaginário nordestino.

Palavras-Chave: Literatura, Imaginário Social, Nordeste

Abstract: The aim of this article is to discuss the contribution of the northeastern and Brazilian literature in the construction of the imaginary about the Brazilian Northeast in the nineteenth and twentieth centuries. We observe through History, how the state of Ceará, helped to built this northeastern imaginary. We value the contributions of Durkheim, Moscovici, Bourdieu, Castoriadis and Laplantineto the issue of drought in the northeastern imagination.

Keywords: Literature, Social Imaginary, Northeast

Introdução

No decorrer do trabalho de revisão bibliográfica acerca da temática sobre o imaginário na região nordeste, destacamos a participação de alguns historiadores que deflagram a contribuição do Estado na construção da estrutura social cearense dos séculos XIX e XX. Nesse sentido, observamos como o Estado foi ajudando a construir o imaginário, que origina-se da tradução criadora e poética de uma realidade, a partir das representações coletivas, sociais e simbólicas.

* Departamento de Políticas Públicas e Sociedade. Área de Ciências Políticas; Universidade Estadual do Ceará, Endereço de e-mail: enianaagp@yahoo.com.br

** Doutora pela Universidade de Manchester - Inglaterra. Professora do Departamento de História/Programa Mestrado Acadêmico de Políticas Públicas e Sociedade (MAPPS), linha de pesquisa Políticas Sociais, Trabalho e Cidadania da Universidade Estadual do Ceará/EU. Endereço de e-mail: regiannemedeiros@uece.br

Concordando que as interações entre o clima e a sociedade sofrem mediações culturais e sociais, iremos discutir a temática das representações coletivas, sociais, simbólicas e imaginário, a partir dos subsídios teóricos de Durkheim, Moscovici, Bourdieu, Castoriadis e Laplantine visando uma aproximação entre as suas respectivas propostas teóricas.

A semelhança teórica entre esses pensadores destaca-se na importância que atribuem à dimensão histórica na construção das representações subjetivas do indivíduo em interação com o meio.

Abordaremos também textos literários, destacando a contribuição de Rachel de Queiroz e Graciliano Ramos, pois literatura é imaginário ao traduzir hipóteses de imagens subjetivas que advém do real das construções culturais, concebidas como fatos sociais que perpassam às narrativas do social, coletivo e simbólico.

A interação do indivíduo com o meio que abordaremos nessa discussão está cercado pelo acontecimento climático da seca que repercute, enquanto fato social, nas representações simbólicas e coletivas, contempladas no imaginário social nordestino dos séculos XIX e XX.

Segundo Laplantine (1997) a construção simbólica é apreciada no imaginário quando:

> [...] o imaginário, como mobilizador e evocador de imagens, utiliza o simbólico para exprimir-se e existir e, por sua vez, o simbólico pressupõe a capacidade imaginária [...] pode inventar, fingir, improvisar, estabelecer correlações entre os objetos de maneira improvável e sintetizar ou fundir essas imagens [primeiras do real] (LAPLANTINE, 1997, p. 23-27)

No imaginário nacional, o Ceará faz-se um sertão "árido, violento, místico, povoado pelo bravo sertanejo, titã acobreado que reza e mata, comandado pelos coronéis, espécie de barões feudais perdidos no meio do deserto, estirpe ariana e ibérica que trouxe a luz da civilização para a terra do sol" (ALBUQUERQUE, 2001, p.7).

As irregularidades das chuvas, no sertão nordestino, eram incorporadas como um fenômeno de configuração climática que periodicamente desorganizava a sociedade. Tal fato acontecia por ser um acontecimento que incorporava-se às estruturas sociais existentes no semi-árido cearense.

No século XVIII, a ocupação efetiva do semi-árido em unidades permanentes de trabalho ocorre, mas é no século XIX que o clima no nordeste passa a constituir um problema para a ocupação efetiva do território e para o estabelecimento de unidades econômicas permanentes (NEVES, 2000). A situação agrava-se mais ainda a partir de 1915, quando acontece o segundo grande período da seca no Ceará.

O Estado do Ceará encontra-se, quase todo, no interior do espaço territorial que é denominado de "Polígono das Secas", o que explica uma história marcada pelas secas e suas conseqüências (NEVES, 2007, p. 76).

Temos como conseqüências, nas estruturas sociais, que estão organizadas no interior dos limites do semi-árido, a caracterização de uma vulnerabilidade que foi desencadeada devido a um fenômeno climático reforçado por interesses distintos em diferentes grupos políticos desde o século XIX até os dias atuais.

Essa vulnerabilidade constituiu-se fato social na medida em que se faz no coletivo. Nessas circunstâncias, o indivíduo está inserido na construção da realidade social, caracterizando-se enquanto um ser grupal na sua coletividade, e não individual (DURKHEIM, 1995).

A concepção de que o clima semi-árido é um fato extemporâneo à organização da construção social e política marcou divergências na opinião pública, reproduzindo-se até os dias de hoje nas políticas públicas do nordeste.

Temos na história, que o clima freqüentemente é usado como elemento que ajuda a dar sentido a disputas políticas.

Segundo Rayner (2009) na Grécia antiga, os gregos confiavam que o clima frio das altas latitudes esclarecia o comportamento agressivo e sexualmente promíscuo dos moradores das ilhas britânicas. A transferência do centro de hegemonia política do sul para o norte da Europa, no final do segundo milênio de nossa era, reverteu também as teorias sócio-climáticas: "agora são os mediterrâneos que, do ponto de vista de certo senso comum britânico, se comportam exatamente como os gregos os descreviam, e isso se dá, em função do clima quente das baixas latitudes" (RAYNER, 2009, p. 21).

Compreendemos que os significados que atribuímos ao clima estão diretamente ligados à visão de mundo que temos e aos contextos políticos e econômicos em que estamos inseridos.

A representação simbólica no coletivo sócio-histórico-natural faz-se e refaz-se no dinamismo de interação e implicação humana com a natureza. Segundo Bonfim (2003) o imaginário ajusta-se nas vivências pessoais dos indivíduos em suas relações intrapessoais e interpessoais, que acontece na apropriação do território.

Frente a tais considerações, as representações sociais, coletivas e simbólicas podem oferecer noções ao imaginário quando: "[...] o objeto principal identifica a forma como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler" (CHARTIER, 1990, p. 40).

Tendo as representações sociais, coletivas e simbólicas uma relação com o imaginário social em sua forma poética, seguirá a questão da seca a partir de seu advento cultural, com clima semi-árido, no âmbito da sociedade nordestina dos séculos XIX e XX.

1.A seca no Nordeste: o fenômeno no Ceará

O discurso que provocou o imaginário negativo do semi-árido teve sua origem em documentos antigos, especialmente nas cartas reais e relatos de viagem. Esse discurso era suavizado pela lógica determinista dos fatores naturais aterrorizantes que marcavam a semi-aridez e as secas cíclicas do nordeste, vitimizando principalmente o sertanejo. (BARBOSA, 2007; NEVES, 2007).

A questão da seca no Ceará foi construída inicialmente enquanto um fenômeno climático da irregularidade e falta de chuva sendo apreciada no imaginário social, dos séculos XIX e XX, a partir dos seus reflexos em assuntos referentes à política e à economia na sociedade. (BARBOSA, 2007; NEVES, 2007).

Sob esses reflexos que marcaram a realidade nordestina, nos séculos XIX e XX, tivemos temas como migração, fome e miséria repercutidos na literatura nordestina em vários livros, do século XX. Compreendemos que a literatura é imaginário ao se construir hipóteses das imagens que surgem do real experienciado na relação do sujeito culturalmente territorializado (ISER apud TEIXEIRA, 1980).

Dentre os livros literários que marcaram fatos sociais dos séculos XIX e XX destacaremos O Quinze de Rachel de Queiroz (1930) e Vidas Secas de Graciliano Ramos (1975).

A relevância desses dois livros, para essa discussão, caracteriza-se pela visão crítica que ambos assumem ao tratar das relações sociais dinâmicas entre seus personagens. O regionalismo que também é destacado, no indivíduo hostilizado pelo ambiente, campo e cidade, frente aos problemas que o meio lhe impõe (QUEIRÓZ, 1930; RAMOS, 1975).

O romance *O Quinze*, lançado em 1930, por Rachel de Queiróz centrou-se na grande seca de 1915 que agitou o sertão nordestino, abordando a trajetória de retirantes. A fome assolava esses retirantes que chegavam a se alimentar de maneira rude para sobreviverem (QUEIRÓZ, 1930).

Nessa obra a autora trás a trajetória de uma família que contraía seu sustento trabalhando numa fazenda criando gado, fonte principal de renda na região sertaneja. Com a chegada da seca o gado é solto, pois não havia água e mantimentos para alimentá-los devido à seca. A família de trabalhadores da fazenda migra para o município de Fortaleza. No percurso, a família sofre a perda de dois integrantes: um diante da fome come mandioca crua, envenena-se e por fim morre; e o outro foge com comboieiros de cachaça na busca pela sobrevivência. O que restou da família chega ao Campo de Concentração na esperança de que boas-novas estariam por vir. O Campo de Concentração amontoava várias famílias de retirantes na busca por água, alimentação e trabalho (QUEIRÓZ, 1930).

O romance trás temas como a migração; o comportamento de na-

tureza áspera presente nas relações amorosas da época; a escassez de água, que devastou vegetações, animais e pessoas; a esperança; a fome; o milagre; a morte; a separação; a fé em Deus de que um dia chuvoso iria melhorar a vida de muitos retirantes sofredores; e a temática política da afirmação social da mulher, em que a heroína do Quinze investiga e interroga o seu destino. A seca foi refletida como uma infecundidade no sertão nordestino (QUEIRÓZ, 1930).

Em *Vidas Secas,* lançado em 1938, Graciliano Ramos, inspirado em Machado de Assis, discute temáticas da realidade brasileira como: a injustiça social, a miséria, a fome, a desigualdade, a pobreza, as migrações, a paisagem sertaneja com vegetação marcada pela seca e os arranjos coletivos de enfrentamento à miséria. Essas circunstâncias expediram-nos a idéia de que o homem se animalizou sob condições precárias de sobrevivência nesse período (RAMOS, 1975).

O enredo do livro retrata a vida miserável de uma família de retirantes nordestinos que fogem da seca, encontrando um período de passageira estabilidade. Após esse período a família de sertanejos parte novamente em retirada quando as chuvas deixam de cair, denunciando um novo período de seca. Enfim, esses retirantes se deslocavam de tempos em tempos para áreas menos castigadas pela seca e uma das implicações dessa vida nômade dos sertanejos é a fragmentação temporal e espacial (RAMOS, 1975).

O livro apresenta desde o título a desumanização que a seca promove nos personagens, cuja expressão verbal é tão estéril quanto o solo castigado da região. A miséria causada pela seca, como elemento natural, soma-se à miséria imposta pela influência social, representada pela exploração dos ricos proprietários da região (RAMOS, 1975).

A realidade regional, contemplada nesses dois romances, O Quinze e Vidas Secas, desenvolveu-se a partir da crítica literária, advindas da realidade sertaneja, no nordeste, que foi formulada no século XIX e consolidada no século XX.

A literatura compreende tanto no texto como no poema elementos verbais de um fato cultural, com projeções advindas do autor, da sua época e do seu intérprete. Concebe-se a literatura como um instrumento reflexivo para sociedade (ISER apud TEIXEIRA, 1980).

Por meio da literatura e dos outros meio de comunicação na sociedade não só os literatos discutiram a realidade local. Pesquisadores, políticos e população envolvida também discutiram a questão da seca que provocara grandes desajustes sociais no sertão e na cidade, no estado do Ceará.

Tivemos no Ceará a questão da vulnerabilidade social advinda dos processos migratórios emergentes frente à seca, em torno da cidade de Fortaleza, que seguirá nesse artigo destacando seus principais acontecimentos históricos.

No século XVIII, em território nordestino, predomina-se a valorização da vida no sertão pastoril, na agricultura, como um espaço de pobres, em situações de dominação e submissão, exaltação do trabalho no combate à ociosidade, ao crime e à escassez. A pecuária e a produção de alimentos necessários à subsistência predominavam na ocupação da terra (BARBOSA, 2007).

A irregularidade de chuvas não configurava ao sertanejo ser um problema até meados do século XIX. Posterior a esse período, na seca de 1877:

> [...] mais de 100 mil esfarrapados ocupam as praças, ruas, calçadas e Passeio Público de uma cidade que procurava adaptar-se aos padrões civilizados dos grandes centros e que não contava com mais do que 27 mil habitantes. Notícias diárias de roubos, prostituição, suicídios, assassinatos, antropofagia, mendicância .... (NEVES, 2007, p. 82).

Foi um período caracterizado por bandos que agiam impunemente disputando por melhores áreas para assaltos. Mantimentos, enviados pelo governo às comunidades famintas, eram acometidos freqüentemente. Em Fortaleza o caos instaura-se com roubos e furtos de alimentos, realizados pelos retirantes. Protestos e manifestações denunciam uma cidade em crise, muitas vezes com vítimas fatais. "Esses protestos tinham por origem a demora no pagamento das rações de alimentos aos trabalhadores nas obras públicas ou a insuficiência de verbas para o pagamento total" (NEVES, 2007, p. 83)

A atuação de populares durante os períodos de seca no Ceará foi analisada por Frederico de Castro Neves como ações políticas coletivas que preocupavam as autoridades do Império. Nesse caso destaca:

> Ao lado das doenças, a criminalidade aumentou consideravelmente durante os anos de 1877, 1878 e 1879, apavorando autoridades, observadores e retirantes. Todos, de uma forma ou de outra, sofriam os efeitos do caos em que se tornou a vida urbana e rural no Ceará. No interior, os grupos de salteadores ocupavam o espaço vazio deixado pela população retirante e ameaçavam livremente as cidades quase desabitadas (NEVES, 2000, p. 35).

Cria-se a Hospedaria Geral dos Emigrantes, em 1889, pois famílias retirantes chegavam a Fortaleza de forma improvisada e aleatória onde se instalavam em barracas improvisadas ou embaixo das árvores nas praças e ruas, na busca por comida (CORDEIRO, 2007).

Sob essa realidade, o Ceará sofreu diferentes reajustes nas políticas públicas vigentes na segunda metade do século XIX, por procurar contornar o aumento da população sertaneja na cidade de Fortaleza (CORDEIRO, 2007).

Em 1915, mais um período de escassez de chuvas, o presidente Benjamim Barroso inaugura o Campo de Concentração do Alagadiço[1] visando racionalizar a distribuição dos alimentos e atendimento aos enfermos retirantes na cidade de Fortaleza que estruturava-se enquanto uma sociedade moderna e civilizada. O Campo de Concentração era um ambiente pouco higiênico em que proliferavam doenças e:

> [...] exigiam rigorosa disciplina e adesão contínua a novas tecnologias sociais: vida em comum, banheiros, horários rígidos, higiene pessoal, vacinação etc. A vida no interior dos campos era vigiada permanentemente por uma guarda armada e tornou-se um aprendizado de novas hierarquias, que se refletiam nas formas de trabalho empregadas nas obras públicas" (NEVES, 2007, p.91).

Nesse contexto, criaram-se mecanismos de prevenção e planejamento governamental para controlar e dirigir os retirantes. Daí, as grandes obras públicas tornarem-se os principais organismos de manutenção da população sertaneja em locais próximos aos seus locais de origem, o que impedia sua mobilização (NEVES, 2007).

Na era Vargas as intervenções do governo provisório foram dirigidas a resguardar Fortaleza dos retirantes, criando mecanismos para fixar o homem no campo e conectar os locais de atração dos migrantes com obras públicas de construção de poços, barragens e açudes (NEVES, 2007).

Em 1933 as chuvas prenunciaram bom inverno, mas em 1942 a seca avassala a população nordestina. Esse período ocorre:

> [..] em plena campanha pela inclusão do Brasil no esforço de guerra aliado contra o nazi-fascismo, em que a sua participação aconteceu na "Batalha da Borracha" visando a ocupação da Amazônia e a produção da borracha a ser fornecida aos exércitos aliados (NEVES, 2007, p.93).

Esse contexto favoreceu ao governo a participação de uma grande massa de mão-de-obra disponível para os seringais amazônicos. Daí os retirantes transformaram-se em seringueiros.

Baseando-nos em Castro (1997), afirmamos que a natureza, assumiu importância como base para a construção do imaginário sociopolítico, em que a seca se torna uma referência no desenrolar da história cearense. A oligarquia do Nordeste soube tirar proveito do discurso de caráter determinista para se inserir em um modelo de constituição de um Estado Nacional. Essa inserção, fundada sobre um discurso regionalista, nasce, no imaginário

[1] Em 1932, no governo de Getúlio Vargas foram criados mais sete Campos de Concentração espalhados pelo território do Ceará (Crato, Cariús, Quixeramobim, Ipu e Senador Pompeu, além de dois pequenos campos em Fortaleza). Os campos funcionaram até meados de 1933 e eram ligados a uma obra pública (NEVES, 2007).

social nordestino e nas políticas públicas significando uma luta por recursos capazes de fundamentar o poder simbólico de afirmação e de identidade da elite face aos outros segmentos da sociedade local que lutavam por interesses particulares.

Temos, então, a seca, na região Nordeste, representada simbolicamente, por um lado, uma natureza hostil que suscita problemas socioeconômicos como fome, miséria e subdesenvolvimento; e, por outro lado, a criação de um imaginário político para obtenção de recursos e poder em próprio benefício.

2. O fenômeno social no imaginário

O imaginário pertence ao campo semântico da representação como tradução criadora e poética da realidade social (ISER apud TEIXEIRA, 1980).

Temos o imaginário social nordestino constituído a partir da construção das representações sociais e culturais na memória coletiva, mantendo uma ordem legitimada, ao ter suas ações territoriais oficializadas e direcionadas pelo Estado.

Observamos no decorrer da história o processo imaginário como resultado de um fenômeno social. O imaginário torna-se importante ao dar a essa construção da realidade a liberdade e a flexibilidade que a interpretação cognitiva não possui. Segundo Laplantine "(...) o imaginário não é a negação total do real, mas apóia-se no real para transfigurá-lo e deslocá-lo, criando novas relações no aparente real" (LAPLANTINE, 1997, p. 28).

Segundo Castoriadis (1982), pesquisador social do século XX, compreende-se que o imaginário social emerge da formação social do indivíduo, fomentando bases para cultura, através dos significados, ou seja, criação de imagens e representações simbólicas, que o indivíduo dá ao mundo em caráter experiencial na sua relação existencial e apropriação com a natureza.

No imaginário, o mundo sócio-histórico-natural está entrelaçado com o simbólico, numa rede de relações constante e dinâmica (CASTORIADIS, 1982). No processo de pertencimento das relações interpessoais e intrapessoais do homem com a natureza, ocorrem cisões e conflitos que em processo ajustam-se no coletivo.

De posse dessa realidade e corroborando com os pensamentos de Durkheim, Moscovici, Bourdieu, discutiremos o imaginário social em Castoriadis e Laplantine enquanto resultado dos fenômenos sociais.

Segundo Durkheim (1995), as vidas coletivas e mentais dos indivíduos são feitas de representações. As representações coletivas têm origem nas relações que se estabelecem entre o conjunto dos indivíduos associados; são independentes e exteriores às consciências individuais, isto é, existem no conjunto e são exteriores ao particular, como fenômeno sociais.

Assim, a vida coletiva existe no todo, formado pela reunião de indivíduos. Para que ocorra o agrupamento das partes que formam esse todo, há de existir uma série de fatores intermediários para que aconteça e a partir disso, surgem novos fenômenos que não derivam diretamente dos elementos associados. Assim, representação coletiva não pode ser reduzida a um conjunto de representações individuais (Durkheim, 1995).

Por isso que em Émile Durkheim (1999) no estudo dos fenômenos sociais o indivíduo é compreendido no seu processo grupal e coletivo, contextualizado na realidade social de forma objetiva. Ele analisa o meio social, através de aparelhos de coerção e da própria instituição educativa que regulam, controlam e moldam permanentemente o comportamento individual, tornando os processos coletivos, que perpassam pelos aspectos psicológicos, morais, hábitos, costumes, comportamentos e cultural, determinantes de um maior ou menor engajamento social diante das atividades coletivas. Deflagra enquanto fato social:

> [...] toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais" (DURKHEIM, 1999, p.13).

Referente à explicação dos fatos sociais a morfologia social, ao agrupar os fatos, direciona que "a função de um fato social deve sempre ser buscada na relação que ele mantém com algum fim social". (DURKHEIM, 1995, p.112).

No modelo de sociedade para Durkheim (1995) as mudanças ocorriam lentamente, diferentemente das sociedades modernas, estudadas por Moscovici (2001), que tem como característica serem dinâmicas. A partir da crítica ao conceito de representações coletivas em Durkheim (1995) é que surge a teoria das representações sociais.

Moscovici (1995) considera mais adequado num contexto moderno, o estudo das representações sociais tendo em vista a complexidade destas sociedades.

O conceito de representações coletivas, utilizado por Durkheim (1999) era mais apropriado para fenômenos que apresentavam estabilidade. Nessas circunstâncias, a Teoria das Representações Sociais, de Moscovici (2001), distingue-se por sua mobilidade, permeabilidade e flexibilidade.

Para Moscovici (1978), a representação social aparece como construções contextualizadas de sujeitos sociais à respeito de objetos socialmente valorizados, podendo ser identificadas através dos saberes populares e do senso comum. É uma forma de conhecimento particular que elabora comportamentos e comunicações entre os indivíduos no contexto social. Segundo Moscovici:

> Ela (a representação social) consegue incutir um sentido ao comportamento, integrá-lo numa rede de relações em que está vinculado ao seu objeto, fornecendo ao mesmo tempo as noções, as teorias e os fundos de observação que tornam essas relações estáveis e eficazes (MOSCOVICI, 1978, p.49).

As representações sociais como sendo uma das formas de apreensão do mundo concreto, motiva e facilita a transposição de conceitos e teorias para o plano do saber imediato e permutável, promovendo comportamentos ou visões socialmente adaptados ao conhecimento real. Nela percebe-se uma reflexão coletiva, direta e diversificada. Ainda corroborando com o pensamento em Moscovici:

> Por um lado, a representação toma o lugar da ciência e, por outro, a constitui (ou a reconstitui) a partir das relações sociais envolvidas; de um lado, portanto, através da representação, uma ciência recebe uma duplicação, sombra colocada sobre o corpo da sociedade, e, de outro lado, ela se desdobra - na medida em que está fora do ciclo e no ciclo das transações e dos interesses correntes da sociedade (MOSCOVICI, 1978, p.78).

A apreciação das representações sociais nos consente encontrar os elementos estáveis e contraditórios do discurso social e a riqueza do simbólico presente no senso comum, trazendo à tona o sentimento, a emoção, o entendimento e o sentido que os sujeitos sociais dão à sua realidade. Para Moscovici (1995), as representações sociais referem-se ao posicionamento individual dos espaços sociais na formação do tecido social através do processo que se dá a correlação dos fenômenos interativos.

Nesse sentido, é importante destacar que Moscovici (1995) aponta para as conversações dentro das quais se elaboram os saberes populares e o senso comum, como fenômeno social que permite identificar de forma mais concreta as representações sociais e de trabalhar sobre elas, embora não se limite a esta forma, pois, de fato, as representações sociais também se manifestam nas ciências, nas religiões, nas ideologias e em circunstâncias diversas.

A referida teoria apresenta duas faces interligadas para o fenômeno das representações sociais: o figurativo (a imagem) e o simbólico, engendradas em processos da comunicação e das práticas sociais como diálogo, discurso, rituais, padrões de produção, arte, a cultura em geral. Os três primeiros conceitos dizem respeito à representação simbólica, que é uma interpretação da realidade, estratégia presente em todo ser humano, que tenta apreender o mundo que o circunda para nele poder se relacionar (MOSCOVICI, 1995).

Em Bourdieu (1994) os elementos subjetivos, afetivos e axiológicos foram tomados como imaginário social na análise da relação entre indiví-

duo, sociedade e natureza.

Essa relação que acontece no *habitus* equivale à integração das experiências passadas, informando ao processo de instituição imaginária suas percepções, apreciações e ações. Possibilita a realização de tarefas diferentes pela transferência analógica de esquemas, produzindo práticas que tendem a reproduzir as regularidades. São as formas de percepção e princípios de divisão da realidade que não seriam definidos conscientemente (BOURDIEU, 1994).

Pierre Bourdieu trouxe com a noção de *habitus,* o entendimento de como as estruturas sociais, dentro de determinadas condições sociais e históricas específicas, moldam os corpos dos indivíduos, inscrevendo-lhes valores, significados e regras de conduta. O autor nos indica que as estruturas cognitivas não são formas de consciência, mas disposições do corpo, e é através dessas estruturas cognitivas que os agentes sociais constroem o mundo social (BOURDIEU, 1996).

Nesse processo, os indivíduos ocupam no espaço social, uma posição determinada pela sua origem de classe ou grupo social. É a partir da sua posição social que elaboram suas representações e agem pelo *habitus* que permite aos seus portadores operar um senso prático da vida, como um esquema de percepção e de apreciação. Com efeito, o sujeito social se expõe e é exposto, num processo em que se encontram um *habitus* e uma situação, circunstância ou campo social, que orienta as suas ações e representações. Campo social compõe o campo de forças e o campo de lutas. O campo de forças refere-se ao espaço em que se manifestam as relações de poder e que se estruturam, a partir de uma distribuição desigual, um *quantum* social (BOURDIEU, 1994).

A temática da seca no Nordeste se apropria do imaginário em suas construções simbólicas. O objeto seca no Nordeste é, através de símbolos imaginários ou não, dotado de significados e esses significados não são inoperantes, mas despertam sentimentos que impelem a ação humana e a legitimam. Os significantes de que são dotados os símbolos formam uma teia que une as construções dos estereótipos e das identidades. (BOURDIEU, 1994).

O interesse de Pierre Bourdieu (1994) ao discutir as capacidades criadoras, ativas e inventivas dos agentes, chama a atenção para a idéia de que esse poder gerador buscava uma razão prática.

Segundo Bourdieu, a dominação simbólica opera:

> [...] quando os esquemas que ele (o dominado) põe em ação para se ver e para se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro, etc.) resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto" (2003, p.147).

Castoriadis (1982) afirma que não existe uma teoria da instituição, porque a *thêoria* (olhar que se coloca diante da coisa e a interroga) já compreende a própria instituição.

Ainda com Castoriadis há a indicação que a sociedade é produto de uma instituição imaginária, de uma instituição primeira, "onde a sociedade se cria ela mesma como sociedade, e se cria a cada vez dotando-se de instituições animadas por significações imaginárias sociais específicas a sociedade considerada" (Castoriadis, 2004, p.169).

Tanto a noção de habitus em Bourdieu como a idéia de imaginário com Castoriadis concebem a construção do agente e/ou do ser. Em ambos se estruturam os modos de percepção dos indivíduos, aparecendo autônomo sobre o sujeito. Ambos possuem dimensões estruturantes e estruturadas que atuam simultaneamente, não se trata simplesmente de história incorporada através de disposições generalizantes. (BOURDIEU, 2003; CASTORIADIS, 2004).

Conforme Castoriadis (2004) ao imaginário social instituinte é conferido a potência de criação das coletividades humanas, assim como aos seres humanos em sua singulares.

Essa concepção de Castoriadis existe na teoria de Bourdieu sob a forma de esquemas cognitivos, dimensão ativa e inventiva do sujeito. (BOURDIEU, 2003).

É no encontro do objetivo encontrado nas estruturas históricas com o subjetivo constituído na penetração do indivíduo pelo sujeito, que observamos a semelhança entre habitus e imaginário. A diferença estaria no habitus que inclui uma dimensão de dominação que o imaginário não possui, se visto como imaginário social instituinte. (BOURDIEU, 2003; CASTORIADIS, 2004).

Bourdieu (2003) e Castoriadis (1992) se apóiam na premissa de que as desigualdades de poder nas coletividades estão para além de uma dimensão puramente econômica. Incluem também dimensões que podemos chamar de ideológicas no sentido de serem responsáveis pelo aprisionamento dos indivíduos através das estruturas que de tão naturalizadas chegam a parecer que advém de um não processo histórico.

Castoriadis (1992) nos indica que não pode haver sociedade sem poder, afirmando que sempre haverá necessidade de leis. Para ele o maior poder concebível é o de pré-formar alguém, de tal modo, que por si mesmo ele faça o que queríamos que fizesse, sem nenhuma necessidade de dominação (Herrschaft), é o que ele chama de infrapoder, que viria antes de todo poder explicito e antes de toda dominação.

Nesse sentido podemos aproximar o poder instituinte a que se refere Castoriadis (1992) aos esquemas cognitivos que constituem o poder simbólico em Bourdieu (2003).

Segundo Castoriadis (1992), as significações são aquilo que confere sentido à nossa existência e que podem mudar de acordo com a importância que cada época lhes atribui, promovendo a construção do "ser homem" em nossa sociedade.

Bourdieu (1997) e Castoriadis (1982) compartilham da idéia de que as estruturas de dominação podem ser alteradas já que foram produzidas num incessante trabalho de reprodução. Trata-se da tomada de consciência de recriação dinâmica das estruturas objetivas e subjetivas da dominação. Por isso em suas respectivas propostas teóricas, demonstra-se ser inviável buscarmos explicar o comportamento de indivíduos singulares de forma exclusivamente racional.

Para Castoriadis (1982) a forma como percebemos o mundo está situada para além do plano objetivo e do subjetivo. A percepção, a avaliação, a classificação foram construídas por meios de um agir constante dos indivíduos em sociedade.

A separação da subjetividade com a objetividade só é possível para Castoriadis (2004) a partir de um processo em que ocorra no nível de abstração intelectual.

Bourdieu (1994) e Castoriadis (1992) tentaram mostrar simultaneamente, que existe a possibilidade de encontrarmos brechas entre a idéia da construção de relações que não fossem pautadas na dominação e o aparecimento do sujeito enquanto instância reflexiva, em meio a rígida construção sócio-histórica.

Ao indivíduo social se englobará duas áreas, a psique e a sociedade. Desta forma, apesar de heterogêneas, psique e sociedade se manterão indissociáveis. Nesta relação nada passará à efetividade ou se tornará representação/afeto/intenção se não for antes metabolizado pela psique, ou seja, sem que se submeta às instâncias psíquicas responsáveis pela regulação do material da vida e da atividade da psique em seu processo de socialização. Nada se representa nem se institui sem que tenha passado pelo crivo interpretativo da sociedade, isto é, se submetido às instituições sociais. Neste sentido, tanto o imaginário social quanto o pessoal serão analogamente inseparáveis. (CASTORIADIS, 1992).

Castoriadis (1982) propõe um novo olhar sobre a sociedade, ao considerar o elemento "instituição" enquanto "imaginária" dentro da situação social-histórica.

Toda essa dinâmica fica marcada no sujeito: a série de criações e rupturas, de repressões e sublimações, de projeções e introjeções se sedimenta formando, como Castoriadis (1992) diz, camadas de socialização que vão se sobrepondo ao núcleo monádico da psique. Este processo se desenvolve à medida que as instituições se impõem aos indivíduos, ao longo de suas vidas, que não somente eles as aceitam como as reproduzem por meio de

sanções e coerções, adesões, sustentações, consensos, legitimidades e crenças. E assim legitima-se, através das religiões, ideologias e tradição.

Castoriadis (1982) pretende apontar uma saída para a alienação, que seria a luta da sociedade contra todas as formas instituídas que excluem a participação dos sujeitos nas instâncias de decisão. Sendo a luta pela autonomia, uma investida pela reposição perpétua das instituições, ou seja, a possibilidade concreta para a sociedade de se auto-instituir cada vez mais explicitamente.

Seguindo com Castoriadis (1992) a atividade autônoma, seja pessoal ou coletiva deve sempre ser buscada, pois é na subjetividade da psique que o indivíduo social constrói sua história pela instituição imaginária da sociedade, cuja gênese está em constante elaboração e criação incessante.

Para Laplantine todo comportamento humano é baseado naquilo que ele conhece da realidade, definido como sendo "a interpretação que os homens atribuem à realidade". (LAPLANTINE, 1997, p.12). Assim, o imaginário é uma das formas de interpretação simbólica do mundo, embora não seja a única, pois há ainda a representação intelectual ou cognitiva.

Em seu livro "O que é imaginário", Laplantine identifica o diferencial entre o processo representativo imaginário e o intelectual: no imaginário é possível criar "uma imagem e uma relação que não são dadas diretamente na percepção" (LAPLANTINE 1997, p.24).

O imaginário permite assim uma construção que não necessariamente corresponda em todos os aspectos à realidade, mas que tenha alguma conexão com ela. "A estratégia do imaginário é tão somente deslocar a apreensão da realidade de tal maneira a criar novas relações inexistentes no real" (LAPLANTINE, 1997, p. 25).

Por ser uma representação simbólica, o imaginário trabalha com construção de símbolos, que é a atribuição de significados, a idéia representativa de um dado da realidade.

Entretanto, por serem fruto da imaginação, os símbolos construídos pelo imaginário não exigem comprovação, comparação ou verificação com o real. Quando representamos o Nordeste, é a símbolos que nos referimos sempre, não à própria realidade em si. Temos imagens e representações mentais que não são o Nordeste, mas que falam por ele, como a seca, a terra rachada, os cactos etc.

Os símbolos evocam também diferentes olhares e entendimentos diversos, pois mobiliza a subjetividade das emoções. Um mesmo símbolo pode suscitar orgulho em um e desprezo em outro, mas ambos estarão amparados por uma realidade comum representada (LAPLANTINE, 1997).

Laplantine trás esse debate em:

> [....] os símbolos são polissêmicos e polivalentes, amparando-se também no referencial siginificante que lhes propicia os sentidos, os quais contêm significações afetivas e são mobilizadores de comportamentos sociais. A eficácia dos símbolos consiste nesse caráter mobilizador e promotor das experiências cotidianas: os símbolos permitem a cura de doenças psicossomáticas e fazem emergir emoções como: raiva, violência, nostalgia e euforia (LAPLANTINE, 1997, p. 22).

Os indivíduos enquanto criações sócio-históricas compõem o conjunto das significações imaginárias e institucional na sociedade, que se desenvolvem em dimensões objetivas e de significações, ou seja, dimensões lógicas e a imaginárias. Ressalta-se que as criações e os indivíduos são elementos culturais, por que são criados pelas significações imaginárias sociais instituídas socialmente (CASTORIADIS, 1982).

O mundo sócio-histórico está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico. Isto significa que as instituições, suas ações, seus efeitos, os atos reais, individuais e coletivos, assim como os produtos materiais estão dispostos num conjunto de relações simbólicas em rede.

O imaginário social faz parte da referida rede, exprimindo-se e existindo a partir do simbólico, sendo composto de imagens e de relações entre estas, que atuam como memória afetivo-social, portadora de significados. O simbolismo com sua capacidade imaginária de evocar imagens favorece o estabelecimento de vínculos permitindo uma representação. A relação entre o simbolismo e a representação supõe a função imaginária traduzida pela linguagem em suas múltiplas e variadas expressões (CASTORIADIS, 1982).

Interessa-nos reter, para fins dessa discussão, que o imaginário social é tomado como uma produção coletiva, oriunda do social. No social depositamos a memória coletiva ao recolhermos dos grupos sociais os seus contatos cotidianos através das representações sociais, coletivas e simbólicas.

Considerações Finais

A partir das mudanças oriundas da seca no Nordeste, em Fortaleza, observa-se uma crise socioeconômica que ocasionou uma consciência coletiva apoiada nas intempéries climáticas.

Essa consciência coletiva esteve ancorada às representações coletivas, em que o indivíduo insere-se numa realidade social objetiva enquanto fenômeno social, com Durkheim; às representações sociais de Moscovici; às representações simbólicas de Bourdieu e ao imaginário social em Castoriadis e Laplantine.

Tivemos também a contribuição literária de dois romances, O Quinze e Vidas Secas, que marcaram os percursos dos sofrimentos do povo nordestino, focando nos acontecimentos regionais da realidade social dos sécu-

los XIX e XX. Um cenário socioespacial específico é evidenciado pelo tipo de organização espacial e por um sistema de atores atrelados às especificidades do ecossistema semi-árido.

A obra literária evidenciada na performance de texto, poesia ou arte denuncia os sentidos que se agregaram a ela ao longo de sua existência como elemento verbal e cultural da sociedade.

A visibilidade dos retirantes sertanejos nos cenários urbanísticos, dos séculos XIX e XX, em Fortaleza, a partir das obras literárias citadas no decorrer do texto, esteve atrelada a situação de carência e deficiência. Consagrou-se a vulnerabilidade como um fato social resultante de um fenômeno climático do território nordestino.

A reorganização constante e dinâmica dos espaços públicos, a partir do século XIX, esteve atrelada à evolução da sociedade, com seus conflitos e desequilíbrios.

Hoje temos consciência de que o social é parte do ecológico no seu sentido amplo e verdadeiro. Tudo está interligado.

Assim, a seca, sendo um fenômeno social, ao se vislumbrar a relação de transformação da sociedade com a natureza, podemos pensar na questão da vulnerabilidade nordestina como sendo uma realidade sociopolítica dos séculos XIX e XX.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo, Cortez, 2001.

BARBOSA, I. C. Entre a barbárie e a civilização: o lugar do sertão na Literatura. In: SOUSA, S., GONÇALVES, A. et al (Org.). **Uma nova história do Ceará.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

BONFIM, Zulmira A. C. **Cidade e Afetividade:** Estima e Construção dos Mapas Afetivos de Barcelona e São Paulo. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo [Tese de Doutorado], 2003.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1996.

BOURDIEU, P.. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (org.). **Pierre Bourdieu.** São Paulo: Ática, 1994. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

BOURDIEU, P. As contradições da herança. In: Daniel Lins (Org.). **Cultura e Subjetividade**: Saberes Nômades. Campinas – São Paulo: Papirus, 1997.

BOURDIEU, P. . **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CASTORIADIS, C. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTORIADIS, C. A criação histórica e a instituição da sociedade. In: CHAUÍ, Marilena e ROUANET, Sérgio Paulo (Org.). **A criação histórica**. Porto Alegre: Artes e Ofícios Editora, 1992.

CASTORIADIS, C. . Imaginário e imaginação na encruzilhada. In: **As encruzilhadas do labirinto:** as figuras do pensável. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004.

CASTRO, I. E. de. **Da seca como tragédia à seca como recurso.** Velhos e novos recursos, velhos e novos territórios**.** Anuário do Instituto de Geociências, Rio de Janeiro, v.17, p. 1-13, 1994.

CHARTIER, R. **À beira da falésia:** a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CORDEIRO, C. O Ceará na segunda metade do século XIX. In: SOUSA, S., GONÇALVES, A. et al (Org.).**Uma nova história do Ceará.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

DOUGLAS, M., WILDAVSKY, A. **Risk and Culture:** An Essay on the Selection of Technological and Environmental Dangers. Los Angeles: University of California Press, 1983.

DOUGLAS, M. **How Institutions Think**. Syracuse: Syracuse University Press, 1986.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ISER, Wolfgang. The Act of Reading: A Theory of Aesthetic Response. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1980. In: TEIXEIRA, I. **Literatura como imaginário:** introdução ao conceito de poética cultural. [p. 43 – 67]. Disponível em: http://www.academia.org.br/abl/media/prosa10b.pdf. Acessado em: 19 de junho de 2011.

LAPLANTINE, F. **Aprender Antropologia**. Trad. Marie-Agnès Chauves. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LAPLANTINE, F., TRINDADE, L. **O que é imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

MOSCOVICI, S. Prefácio. In: **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MOSCOVICI, S. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2001.

NEVES, F. de C. **A multidão e a história:** saques e outras ações de massas no Ceará**.** Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

NEVES, F. de C. A seca na história do Ceará. In: SOUSA, S., GONÇALVES, A. et al (Org.).**Uma nova história do Ceará.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

QUEIRÓZ, R. de. **O Quinze.** Fortaleza, 1930 (Prêmio da Fundação Graça Aranha); 2ª ed., 1931; 3ªed., São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1942, 4ª ed. e seguintes (com desenhos de Poty), Rio de Janeiro, José Olympio, 1948, 51ª ed., 1992; 56ª ed., São Paulo, Siciliano, 1997.

RAMOS , G. **Vidas Secas**. Posfácio: Álvaro Lins. Ilustrações: Aldemir Martins. 34ª ed. São Paulo: Martins, 1975.

RAYNER, Steve. Weather and climate in everyday life: social science perspectives. In Jankovic, Vladimir e Barboza, Christina (Org.). **Weather, Local Knowledge and Everyday Life:** Issues in Integrated Climate Studies. Rio de Janeiro: MAST, 2009.

Artigo recebido em 18/09/2011 e aceito para publicação em 17/02/2012